

Acontecimento e Media

CALEIDOSCÓPIO

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MEDIÁTICO MODERNO: O DESASTRE DE LISBOA

A evocação do tremor de terra que devastou Lisboa em 1755 pode surgir como um desvio complicado, ou mesmo anacrónico ou pouco pertinente, para apreender o papel dos meios de comunicação contemporâneos na compreensão dos acontecimentos da actualidade.

O que merece atenção prende-se, sobretudo, com o facto de os jornais e gazetas da época terem dado conta do acontecimento de forma contínua. As gazetas estrangeiras de língua francesa que possuíam redes de correspondentes não somente na Europa, mas também na Turquia, na Ásia ou na América, difundiram notícias desta catástrofe não só durante o mês de Novembro de 1755, ou seja, no momento em que ela ocorreu, mas de modo regular no decorrer das correspondências dos correios, ao longo do ano 1756 e, de maneira mais esporádica, até 1759. É precisamente no momento em que se constitui uma cena pública jornalística que se deve situar este acontecimento, bem como a importância do seu tratamento pelos jornais da época e os debates que suscitou¹.

A articulação entre acontecimento e debate público não reteve a atenção dos investigadores que habitualmente trabalham o espaço público no século XVIII, nomeadamente Habermas². A esfera pública burguesa parece

Jocelyne Arquembourg
Instituto Francês de Imprensa
Universidade de Paris II

¹ No quadro do que se chamou, mais tarde, *a querela do optimismo* (no texto, na versão integral, reduzida aqui por constrangimentos editoriais – *N. do T.*).

² Habermas, 1962 e 1992.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

constituir-se em torno do debate de ideias sem que a pressão das circunstâncias e o surgimento do imprevisível influenciem de algum modo estas trocas. Ora, o desastre de Lisboa revela uma outra imagem da forma como públicos (literários, filosóficos, eruditos, religiosos) se manifestam na mesma época, mobilizando diferentes cenas. Sobretudo, coloca a questão do papel dos jornais e gazetas que narram os factos, assim como as reacções que eles desencadeiam. Neles, o problema da articulação entre o facto e o acontecimento configura-se de maneira incomum para um investigador familiarizado com as narrativas jornalísticas contemporâneas. Com efeito, a diversidade dos lugares e dos momentos em que se manifesta a catástrofe não é unificada senão muito progressivamente na narrativa de um acontecimento único. Em relação aos acontecimentos contemporâneos, as tentativas através das quais o acontecimento foi progressivamente descrito, unificado e nomeado patenteiam ao mesmo tempo a natureza dos procedimentos que participam nestas operações e as redes de actores que as realizam. A análise do tratamento jornalístico do tremor de terra de Lisboa é, por conseguinte, rica em ensinamentos que ultrapassam um título, para além do seu interesse histórico. Pela sua dimensão internacional, sua repercussão, debates que suscitou, ele prefigura acontecimentos mais recentes como se a própria forma do acontecimento mediático emergisse com o espaço público do século XVIII. Por último, constitui provavelmente também a primeira catástrofe susceptível de ser qualificada de “natural”, devido aos quadros de interpretação que emergem da confrontação com o acontecimento e dos debates entre filósofos, eruditos e religiosos que se seguiram³.

Multiplicidade dos lugares, dispersão das manifestações

Na maioria dos casos, as primeiras notícias do tremor de terra de Lisboa não chegaram às gazetas directamente de Portugal, mas antes por intermédio de outros correspondentes dispersos pela Europa e sobretudo de Espanha. A primeira informação figura na remessa de *La Gazette de Cologne* datada de 28 de Novembro. Ela especifica que “fomos informados por um correio despachado de Lisboa e que chegou a 8, às quatro horas da tarde, que no primeiro dia desse mês, pelas 9 horas da manhã, o abalo fez-se aí sentir de uma maneira terrível. Abateu metade da cidade, todas as igrejas e o palácio do rei”.

³ Para fazer este tipo de observação, recolhi todos os relatos relativos à catástrofe em duas gazetas europeias de língua francesa, *O Correio Avignon* e a *Gazette de Colónia*, a partir do mês de Novembro de 1755 até ao fim do ano 1756. Atribuo também uma importância específica à carta de 11 de Novembro de 1755 endereçada por Miguel Tiberio Pedegache a *Le Journal Etranger*. Estes jornais não têm o mesmo estatuto. *Le Courier d'Avignon*, editado por Antoine Aubanel, é um jornal estrangeiro publicado na cidade episcopal que, nessa época, ainda não está ligada à França. É uma das tiragens da época mais importantes, reconhecida pelas suas crónicas diplomáticas internacionais. *La Gazette de Cologne* faz parte dos jornais alemães publicados em francês. As suas publicações são semanais. Em contrapartida, *Le Journal Etranger*, dirigido por Fréron, um inimigo do clã *voltairiano*, que sucedeu ao abade Prévost na direcção, é um periódico mensal de duzentas páginas que publica resenhas de obras literárias, os debates de sociedades eruditas, artigos relativos à invenção de máquinas ou à cultura de plantas “exóticas” como o café, traduções de obras literárias ou filosóficas estrangeiras. Entre 1754 e 1762, o jornal publica também cartas de correspondentes estrangeiros, letrados e eruditos dispersos pela Europa. A carta de Lisboa sobre a irrupção do acontecimento ganha aí uma ressonância específica, que permitirá ver como, realmente, ela é lavrada de maneira subjacente pelas preocupações intelectuais e científicas da época.

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

As cartas que se sucedem nas páginas dos jornais tecem um curioso emaranhado de notícias, que a paginação não hierarquiza nem classifica. São a proveniência e a data, ou seja, a origem das notícias, que organizam esta apresentação, quer no plano semiótico, quer ao nível da classificação das informações. Deste modo, a gazeta evidencia sobretudo a extensão das suas redes e a regularidade ou a frequência dos seus contactos. Para o leitor, resulta daí uma imbricação das intrigas que enredam a história do seu presente. Cada fornecimento agrupa notícias que datam dos dias precedentes, mas em função da rapidez ou antes da lentidão dos correios, as entregas ulteriores podem publicar notícias anteriores à publicação precedente. Isso provoca uma relativa cacofonia no momento em que eclode o tremor de terra de Lisboa, tanto mais que outros abalos foram entretanto também sentidos noutros lugares, em França, em Inglaterra ou na Holanda. Com efeito, são em primeiro lugar relatos dispersos de abalos sísmicos, de maremotos, de inundações que afluem dos quatro cantos da Europa. Mas a área do acontecimento parece estender-se cada dia mais à medida que as notícias chegam. São assinalados abalos em Marrocos, em Fez e até em Boston. Não é assim um acontecimento único que emerge, do qual se poderia descrever cronologicamente o desenrolar⁴, mas fenómenos dispersos que ocorrem em lugares muito distantes uns dos outros, que os observadores sentem mais ou menos intuitivamente que estão ligados, sem verdadeiramente esclarecer a natureza destas relações e sem nunca se chegar a produzir uma narrativa que totalize um acontecimento único. Deve então falar-se de um acontecimento ou de vários acontecimentos? Importa dar conta das relações através das quais os jornais ligam estes fenómenos e os organizam, por mais ténues e pouco explícitas que sejam. Na realidade, surgem várias perguntas decorrentes da constatação da dispersão das cenas e das manifestações do acontecimento. O que é que pode ter dado aos contemporâneos a ideia de ligar estes fenómenos entre si? Esta relação é de natureza formal (vários fenómenos semelhantes têm lugar em espaços diferentes, é a sua similitude que convida à aproximação) ou temporal (vários fenómenos similares têm lugar ao mesmo tempo ou sucessivamente em lugares diferentes)? A partir de que momento é questão *do tremor de terra de Lisboa* designar o acontecimento como um todo? Como se pode apreender na imprensa da época o processo de denominação que conduz nos relatos à constituição de um acontecimento único?

Semelhanças e simultaneidade: ligar o acontecimento

Pode tentar-se dar conta dos critérios através dos quais os correspondentes tentaram reagrupar estes fenómenos dispersos. Num primeiro tempo, a semelhança e a simultaneidade dos

⁴ Poder-se-á comparar com o primeiro artigo surgido no *Le Monde*, a 30 de Dezembro de 2004, relatando a irrupção do tsunami:

Domingo 26, às 0h58 TU. 0h58, na Indonésia.

As primeiras informações do Escritório de geofísica de Djakarta referem um sismo de uma magnitude de 6,4 na escala aberta de Richter que flagela o norte da ilha indonésia de Sumatra.

É então quase 1 da manhã em tempo universal, ou seja, 7h58 na Indonésia. O epicentro está localizado no oceano Índico, a 250 km a sudeste de Sumatra. Os dados evoluirão até a chegar a uma magnitude de 9.

O artigo lista seguidamente, hora a hora, os lugares devastados pelo percurso do tsunami.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

fenómenos que tiveram lugar em Portugal e em Espanha conduziram a reunir os dois acontecimentos. Assim, na *La Gazette de Cologne* pode ler-se: “Sabe-se **analogamente**⁵ de Cádiz, que **também** aí se fez sentir **este** abalo”. Mais adiante, na mesma carta datada de 10 de Novembro: “**O mesmo abalo** fez-se sentir em várias outras cidades”. A insistência incide aqui sobretudo na semelhança através do emprego dos advérbios de modo. Contudo, o indício que parece ter servido de critério aos observadores é sobretudo o da simultaneidade. Duas cartas de Colónia, de 17 e 21 de Novembro, insistem neste ponto. É verdade que todos os relatos das testemunhas oculares determinaram com precisão a hora do terramoto de Lisboa às 9h45. É, de resto, um dos motivos destas cartas, que começam sempre por indicar a hora em que o autor sentiu o primeiro abalo. Todos os testemunhos são coincidentes em alguns minutos aproximadamente. Parece que estas indicações horárias foram consideradas como uma necessidade a fim de aferir a pertinência e a fiabilidade dos testemunhos. Constituem, por isso mesmo, um sério indício relativamente à posição adoptada pelos autores das cartas e pelos próprios jornais em relação ao acontecimento. Olhar para o seu relógio, anotar a hora na qual ocorre um fenómeno, não são acções tão correntes no século XVIII como no século XXI. Os relógios são objectos de luxo, o tempo universal não existe ainda e atribuir uma hora precisa a um fenómeno não é uma operação necessariamente fácil, mas o critério hora foi diferenciador para determinar se abalos ocorridos em lugares diversos tinham uma ligação entre si. Ele está presente de maneira recorrente num grande número de cartas, como a de 22 de Dezembro, de Malmoë, na Suécia, onde é dito “(que) se sentiram, assim como nas províncias limítrofes da Noruega, abalos **à mesma hora e da mesma maneira**”.

Mas qual é a natureza da relação que liga estes múltiplos tremores de terra? Trata-se de um tremor único e das suas réplicas? Trata-se de abalos sem relação entre si mas que, de repente, agitam simultaneamente o planeta? Há entre eles relações de sequencialidade? Com efeito, várias maneiras de encarar as coisas surgem nas correspondências. Ocorrem como diversas hipóteses possíveis em *La Gazette de Cologne* de 16 de Dezembro de 1755: “Cartas de diversos países continuam a anunciar tremores de terra que parecem ter sido apenas **partes, fugas ou réplicas** desse”. As três hipóteses parecem igualmente válidas, mas revelam também implicitamente as questões que os contemporâneos podiam colocar-se. Ou cada abalo não é senão a manifestação de um gigantesco tremor de terra, ou então são fugas⁶. Por último, poderiam ser réplicas. O facto de os tremores de terra serem frequentemente seguidos de réplicas era conhecido, fazendo também esta hipótese parte das possibilidades encaradas pelo autor.

A partir do mês de Dezembro de 1755, surgem na *La Gazette de Cologne* tentativas para circunscrever o espaço do acontecimento e tentar por aí mesmo dar uma representação sintética. A 22 de Dezembro, o jornal constata a propósito do tremor de terra de Lisboa que as cartas recebidas de diversos países “dizem entre outras coisas, que **ele** foi sentido do Ocidente ao Oriente,

⁵ A negrito no original, neste vocábulo como nos seguintes (*N. do T.*).

⁶ Para a ciência do século XVIII, os tremores de terra deviam-se a fermentações que produziam gases que explodiam sob a crosta terrestre e se libertavam, produzindo chamas. Esta interpretação foi reforçada nomeadamente pelos numerosos incêndios que deflagraram em Lisboa.

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

desde o Reno até ao Lech, e do Norte até ao Midi desde Ingolfladt, Donawerth, Nuremberg, Canfladt e Stuttgart, até Lucerne, Genève e Lion, Avignon e Montpellier”. Observar-se-á que, desta vez, o tremor de terra de Lisboa é designado no singular como um só e único fenómeno que se propagou no espaço. O autor prossegue “reportando estas convulsões do nosso globo” “ao tremor do primeiro de Novembro”. Mas não é senão a partir do mês de Dezembro que aparece uma representação dinâmica de um fenómeno único que “percorre” vastos espaços. O tremor de terra torna-se então sujeito de verbos de deslocação nos relatos que o contam. Os correspondentes acabaram por identificar progressivamente vários tremores de terra e por agrupar diversos abalos como subconjuntos dentro de um ou do outro. Cada tremor é então considerado como um movimento único que se desloca provocando numerosos abalos. Mas como limitar o espaço de um tremor de terra? Algumas correspondências convocam então mapas e medidas para tentar definir as dimensões espaciais, como no caso do tremor de terra de 2 de Fevereiro de 1756 que “fez toda a volta do compasso tomando a região de Limbourg como centro da ondulação”.

À medida que os meses passam, parece que a interpretação dos abalos se orientou progressivamente para a sua integração num fenómeno único, concebido como um terramoto cujos movimentos e ondulações se deslocam e alastram até lugares extremamente afastados do que parece a origem. A noção de epicentro aparece na última carta ainda que não seja formulada explicitamente como tal. Esta organização que permitiu seleccionar e ligar entre si determinados abalos, apoia-se em referenciais espacio-temporais relativamente precisos, que supõem eles próprios o uso de instrumentos de medida, relógios, compassos, mapas e mesmo barómetros. É por conseguinte, antes de mais, com a ajuda destas diversas observações de natureza científica que pode elaborar-se, não a unificação de apenas um acontecimento, mas de vários acontecimentos cujas manifestações dispersas foram reagrupadas sob uma descrição específica.

Ora, este processo de totalização parece caracterizar *La Gazette de Cologne* e não se realiza necessariamente da mesma maneira em todos os jornais. No momento em que *La Gazette de Cologne* evoca o tremor de terra do dia um de Novembro no singular, *La Gazette de Amsterdam* faz alusão “Aos tremores de terra” do mês de Novembro, no plural, numa carta de 13 de Janeiro de 1756. A tentação da amálgama está presente num grande número de relatos, em particular os do *Courrier d’Avignon*, cujas cartas devolvem a imagem de um planeta agitado por todos os lados por tremores de terra, mas também dominado por inundações e tempestades. Contudo, como não é feita nenhuma tentativa para empreender a narrativa destas manifestações variadas sob a descrição de um tremor de terra único, em termos de causas e de consequências, o leitor é confrontado com a representação de uma avalanche de catástrofes que se abatem ao mesmo tempo sobre a terra por razões desconhecidas. Outras ameaças podem então ser acrescentadas às da Natureza para concorrer à descrição de um universo apocalíptico. É o que se pode ler sob a pluma do mesmo correspondente de Paris, a 10 de Dezembro de 1755: “Está-se quase mais ocupado nesta capital do que no que respeita à guerra e aos desastres que se sabe terem ocorrido nas províncias ocidentais do Reino, onde desde o tremor de terra que mudou Lisboa e uma parte de Portugal e Espanha, há diariamente furacões, tempestades, trovões tremendos e granizo de uma grossura extraordinária, de modo que os habitantes vivem temores

JOCELYNE ARQUEMBOURG

contínuos". Neste relato, o acontecimento do terramoto de Lisboa constitui um começo, já que é desde que ele teve lugar que os elementos parecem desencadear-se. No entanto, o narrador não se empenha a restaurar relações de causalidade entre os fenómenos que cita e a aproximação com os preparativos de guerra contra a Inglaterra contribui para descrever um contexto tanto mais aterrador quanto difunde uma ameaça generalizada.

Encontramo-nos, por conseguinte, na presença de várias narrativas dos acontecimentos. Numa configuração, abalos terrestres ocorridos no mesmo momento são integrados na descrição de um acontecimento único, mas também se fala em vários sismos ocorridos de modo sucessivo sem que se saiba muito bem se eles estão ligados. Numa outra configuração, catástrofes diversas declararam-se numa multiplicidade de lugares desde o tremor do dia um de Novembro de 1755 e continuaram durante o ano 1756, mas estas manifestações são descritas de modo simultaneamente fragmentado e amalgamado pela intuição que uma causa externa deve ligá-las, sem que o narrador possa dizer exactamente de que se trata. É este implícito que alimenta o medo evocado pelo correspondente parisiense do *Courrier d'Avignon*, fundado na generalização de uma ameaça que engloba preparativos de guerra. Num caso, assiste-se a um fenómeno de totalização narrativa, no outro observa-se que vão a par disseminação e amálgama.

Amálgamas, indícios e crenças

É verdade que a extensão do desastre continha ingredientes para suscitar ao mesmo tempo o medo e a estupefacção. No século XIX, o geógrafo Elisée Reclus declarou que as vibrações do tremor de terra de Lisboa se tinham estendido sobre uma superfície de 40 milhões de quilómetros quadrados, ou seja, a duodécima parte da terra. É precisamente esta visão abrangente fundada sobre a medida de um fenómeno único num espaço muito vasto que falta aos contemporâneos do sismo. Estes apenas acumulam observações parcelares e locais, interrogando-se sobre a natureza das suas eventuais relações. A distinção entre o sismo original e as suas diferentes réplicas, por exemplo, está longe de ser evidente. A sua frequência em Portugal parece ter mantido a população num estado de ansiedade permanente⁷.

Na realidade, apesar do entrançado das notícias e da imbricação das intrigas, uma linha de divisão bastante nítida desenha-se entre interpretações do acontecimento de tipo científico e interpretações tributárias de crenças religiosas ou mesmo de superstições. Nos dois casos, os relatos convocam representações diferentes da Natureza. As narrativas do acontecimento ou

⁷ Na sua obra sobre *O tremor de terra de Lisboa*, Jean-Paul Poirier nota que abalos violentos continuaram em Lisboa até ao dia 3 de Novembro, ficaram mais fracos a 4 e 5, depois retomaram a 8. A 18 de Novembro novas réplicas fizeram-se sentir em Portugal e em Marrocos. Houve outras, embora de mais fraca intensidade, no mês de Dezembro, seguidamente sucederam-se oito réplicas em 1756 e sete em 1757, por último, não houve mais do que uma por ano até 1761. Em contrapartida, chama a atenção para o facto de o tremor que teve lugar a 9 de Dezembro de 1755 em Valais, na Suíça, não ter relação com um ocorrido em Lisboa no mesmo dia, tratando-se apenas de uma coincidência. Mas, em pânico pelo número e pela extensão das réplicas que podiam constatar, os contemporâneos tiveram dificuldade em distingui-las, tanto mais que o critério da simultaneidade temporal, recordêmo-lo, parece ter sido dominante.

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

dos acontecimentos remetem assim, mais ou menos explicitamente, a uma interrogação sobre as suas causas.

Em *La Gazette de Cologne*, de 12 de Dezembro de 1755, uma carta de Berne resolve abertamente dissertar sobre o assunto. “Porque é que o Senhor castigou assim esta grande cidade?”. Esta carta anónima declara apoiar-se nas reflexões públicas de um físico cuja argumentação resume em linhas gerais. Este parte do postulado que “a mão de Deus preside a todos os acontecimentos extraordinários (...) que podem alterar a face do universo”. Mas observa também que o mundo obedece a regras, a “uma ordem admirável”, como um mecanismo bem lubrificado do qual Deus seria o Arquitecto. E conclui afirmando que “Tudo é natural no tremor de terra”, incluindo os seus efeitos, que são necessários ao bom funcionamento da Natureza.

Esta carta, de estilo voltairiano, é particularmente interessante porque revela de maneira crua a fenda que o acontecimento está a abrir no espaço público. Em primeiro lugar, não é anódino que esta “dissertação” figure entre as notícias da gazeta. Ela traça uma ponte entre as cenas públicas de onde emergem questionamentos metafísicos sobre a origem do sismo e os jornais que relatam as notícias. As prédicas das igrejas (as orações dos pregadores são asserções que atraem por vezes um público importante e assíduo, especialmente quando o orador é conhecido), as sessões da Academia das ciências, os salões literários e os jornais são cenas públicas em constante interacção. A carta de Berna orienta a reflexão para a indagação da causa dos fenómenos, no singular, mas atribuindo este questionamento aos físicos ela opera uma tentativa de conciliação entre duas visões da Natureza que já entraram em tensão no universo dos cientistas. A representação de um mundo organizado cujos movimentos são ordenados durante séculos participa de uma visão sistemática da Natureza, próxima da de Newton. A Natureza sendo um sistema, o que acontece obedece a uma necessidade. Esta visão que satisfaz a investigação de leis naturais participa de um certo desencanto do mundo que confere autonomia à Natureza por relação à intervenção do seu Criador. Contudo, na argumentação desenvolvida pelo autor da carta, este não desaparece. Comparado a um arquitecto admirável que concebeu esta ordem bem organizada, a sua responsabilidade é no entanto libertada dos “acidentes” que ocorrem e que não são mais do que o efeito de necessidades naturais. Deus não intervém mais no mundo e as catástrofes que se produzem não carregam nem a marca da sua cólera, nem a marca de uma injustiça, são apenas catástrofes naturais. O raciocínio mantém assim em equilíbrio duas visões do mundo que estão na realidade a um passo de entrar em conflito. Ele procede de maneira hábil a um desencanto parcial do mundo que a teologia mais tradicional e a física de Newton favorecem. Mas estas visões do mundo não trabalhavam já as narrativas dos tremores de terra? A tarefa de totalização do acontecimento ou, antes, dos acontecimentos, se se considerar que, de seguida, cada réplica deu lugar à narrativa de um tremor de terra integrando a observação de vários abalos, constitui um facto científico observável e mensurável por diferentes instrumentos. Ela assenta na comparação entre vários dados, nomeadamente temporais. Integra também hipóteses quanto ao lugar de origem do sismo e quanto às razões que provocam certos fenómenos, como as inundações. Os relatos que sustentam a pluralidade dos fenómenos como outras tantas catástrofes que se abatem sobre a terra interpelam, pelo contrário, uma causalidade

JOCELYNE ARQUEMBOURG

externa na origem destas manifestações que, longe de serem governadas por leis, surgem como manifestações de uma vontade divina.

Figuras do testemunho ocular

Esta clivagem que emerge das correspondências entre duas configurações narrativas do mesmo acontecimento convida a prestar uma atenção muito particular às cartas dos testemunhos oculares. Duas cartas parecem-me especialmente interessantes, tanto pela sua extensão e pelo número de detalhes que comportam, como por serem reveladoras de uma posição enunciativa específica do testemunho ocular. A primeira é a carta escrita ao *Journal Etranger*, dia 11 de Novembro de 1755, por Miguel Tiberio Pédegache. Filho de um negociante francês instalado em Lisboa, o autor é amante de literatura e ciência, nomeadamente de astronomia. A maneira como empreende o relato da catástrofe faz imbricar no testemunho pessoal preocupações e reflexões de ordem científica. Após algumas fórmulas de introdução nas quais lamenta a gravidade do desastre, o narrador prossegue nestes termos: *"No primeiro de Novembro, o Mercúrio estando a 24 polegadas 7 linhas, e o termómetro de Réaumur a 14 graus acima do gelo, o tempo calmo e o céu muito sereno, pelas 9 horas 45 minutos da manhã, a terra tremeu mas tão ligeiramente que toda a gente imaginou que era alguma carroça que rolava com velocidade. Este primeiro tremor durou dois minutos. Após um intervalo de dois outros minutos, a terra tremeu de novo, mas com tanta violência que a maior parte das casas rachou e começou a desabar. Este segundo tremor durou mais ou menos dez minutos. (...) Depois disso, veio um abalo tão horrível que as casas que tinham resistido até então caíram com estrépitos. (...) Não se pensou então senão em fugir e as lágrimas e os gritos dos vivos, os gemidos e os prantos dos moribundos, os abalos da terra e a obscuridade aumentavam o horror e o pavor, não se pensou então senão em fugir e em procurar asilo no campo. Mas a nossa desgraça não estava ainda no seu auge.*

Mal se começava a respirar e o fogo sobreveio em diferentes bairros da cidade. (...) Teria podido talvez trazer-se algum remédio ao fogo, se o mar não tivesse ameaçado submergir a cidade. Pelo menos, o povo assustado persuadiu-se facilmente, vendo as ondas entrar com fúria em lugares extremamente afastados do mar e onde parecia impossível que ele pudesse alguma vez chegar".

O narrador oscila curiosamente entre duas posturas enunciativas. A primeira é a de um observador desligado de um fenómeno constituído em objecto de observação científica, ou seja, um facto, no sentido fenomenológico do termo. As observações relativas à temperatura, a esse respeito, não são anódinas. A possibilidade de consultar um barómetro não era acessível a qualquer um. Realmente, os que podem fazê-lo fazem geralmente parte de uma rede de cientistas dispersos pelo mundo e que estão em contacto permanente com Réaumur, a fim de lhe transmitir observações diárias. A alusão de Pédegache revela que ele faz parte desta rede ou, pelo menos, que está suficientemente próximo de um dos seus membros para dispor de uma tal informação. Este detalhe, entre outros, mostra a que ponto as redes de correspondentes

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

das gazetas e as redes de cientistas podiam cruzar-se. Fornece uma indicação preciosa sobre as condições de produção das narrativas do acontecimento enquanto se apoiam não somente nas representações da Natureza, mas também que levam a efeito, como se vai ver, um dispositivo enunciativo do *facto* que passa a adquirir a sua especificidade.

As notas relativas à temperatura acompanham-se de observações precisas da duração dos abalos, do seu número e da sua frequência. Na sequência da carta, uma passagem começa por um verbo na primeira pessoa que não remete somente para a posição de uma testemunha assistindo a um acontecimento e sofrendo-o, mas para um sujeito que observa um fenómeno e transmite as suas observações para todos os efeitos. "Observei", escreve ele, "que os abalos mais fortes ocorrem sempre ao nascimento da aurora". Esta nota é particularmente reveladora, porque o emprego do presente e do advérbio "sempre" relevam do discurso no sentido de Benveniste e não da narrativa, mostrando que o narrador não faz mais do que contar um fenómeno singular, mas que procura formas de explicação lógicas do que ele observa, construídas, por exemplo, sobre a recorrência⁸.

Ao lado desta posição de observador científico, o narrador ocupa uma segunda que é a de testemunha ocular. A descrição do que ele vê, do *quadro* da catástrofe, condu-lo a situar-se como um daqueles a quem o acontecimento acontece. Assim, ele usa por vezes um "se" ou um "nós" através dos quais toma também a posição de actor na narrativa, ao lado daqueles que padecem o cataclismo. O indefinido "se"⁹ oscila incessantemente entre empregos pessoais (equivalentes a um "nós") e impessoais (equivalentes a "pessoas", "população"), de modo que se sujeita bastante bem aos deslizes da posição do enunciator que tanto se associa às vítimas do acontecimento, como se dissocia delas para as designar. "Ter-se-ia podido talvez remediar o fogo, se o mar não ameaçasse submergir a cidade. Pelo menos, o povo assustado persuadiu-se disso facilmente". A posição do enunciator torna-se então dissociada da do resto das vítimas, desde que comportamentos ligados ao medo ou à ignorância estejam em causa. A posição da testemunha ocular torna-se uma espécie de reserva entre a posição de sujeito do acontecimento e a de observador dos factos.

A segunda carta é anónima. É escrita de Cádiz, a 3 de Novembro, e dirigida ao *Courrier Avignon* que a publica a 16 de Dezembro. Nessa carta, o narrador começa por se pôr em cena após ter precisado a data e a hora do tremor de terra. "Estava no meu quarto, onde me apercebi que todos os móveis dançavam e que a casa tinha uma oscilação considerável". O narrador prossegue o seu relato por meio de uma descrição dos resultados deste primeiro abalo que não coincide com a situação de um enunciator fechado no seu quarto: "O dano causado por este abalo não era considerável; algumas casas racharam em vários sítios, com vigas apartadas umas das outras; alguns tectos de igrejas caídos e a brecha que abriu nos muros da cidade opo-

⁸ Com efeito, Pédegache é também o primeiro, de acordo com Jean-Paul Poirier, a ter enunciado uma previsão fundada sobre o que os sismólogos chamam "um intervalo de recorrência", observando que os principais sismos que tinham atingido Portugal até aí estavam separados por um intervalo de 222 a 224 anos.

⁹ Em francês, no original, "on" (on dit; on y va; on pense; on défend, etc.). Traduzimos por "se", enquanto sujeito indeterminado, com o verbo na terceira pessoa do singular, que remete para "nós" ou "para todos" e "qualquer um" (diz-se; vai-se ou aí vamos; pensa-se; defende-se, etc.) (*W. do T.*).

JOCELYNE ARQUEMBOURG

tos ao mar, do lado norte, eis o que este tremor de terra tinha causado". Dois pontos de vista estão assim alojados um no outro. O de um sujeito que sofre o acontecimento a partir de uma situação de enunciação claramente identificada e inserida na narração e o de um relator, capaz de efectuar um balanço geral dos efeitos do acontecimento, apoiando-se presumivelmente noutros testemunhos, ou por tê-los constatado ele mesmo *a posteriori*, mas não o especifica.

A sequência da narrativa põe-no de novo em cena, ele apodera-se de alguns objectos pessoais e deixa precipitadamente a sua casa para atingir a muralha da cidade. A situação de enunciação é apenas um lugar a partir do qual o acontecimento é apreendido e o relato contado, sendo ela própria narrativizada e o narrador desdobra-se em agente do relato fugindo do cataclismo e procurando abrigar-se. Esta posição permite-lhe fundar a credibilidade do testemunho que vai seguir-se e que respeita, desta vez, não tanto os fenómenos físicos a que assiste, mas as reacções humanas e sociais ao acontecimento: *"Para vos dar uma ideia do espectáculo que tínhamos sob os olhos, imaginaí o terror, o pavor em todos os rostos, as lágrimas, os gritos, os gemidos, a perturbação e a consternação; igrejas derrubadas das quais todos queriam sair ao mesmo tempo; monges largando o ofício divino e saindo do seu convento; soldados abandonando o seu acampamento; mulheres que o abalo ou a retirada derrubavam; homens consternados à vista de todos, apesar de todos os seus esforços para se aguentarem"*. Desta vez, a primeira pessoa do singular dá lugar a uma primeira pessoa do plural, não que o narrador esteja acompanhado de um outro agente que ele não teria nomeado, mas porque se alia ao que todo o mundo podia ver. A descrição que segue apela à imaginação do *narratário* ("*narrataire*") para se imaginar uma cena fortemente dramatizada pelos efeitos de acumulação.

O narrador prossegue explicando que regressa a sua casa quando a calma retorna. Mas a irrupção de um novo abalo vai dar lugar a uma terceira narrativa que obedece, desta vez, a um ponto de vista radicalmente diferente. O narrador parece alcançar a cidade com um só olhar capaz de descrever ao mesmo tempo o que acontece a Oeste e a Nordeste. Entrelaça várias temporalidades, a do que acabava de passar-se exactamente antes da acção descrita: *"O mar entrava por três lados diferentes. A Oeste acabava de erguer-se mais alto do que as casas e tinha submergido um bairro da cidade"* e a da situação de enunciação da carta que dá conta dos resultados do maremoto: *"O parapeito das fortificações, algumas pequenas fortificações e várias construções que se encontraram na sua passagem, tudo foi destroçado, derrubado"*. *"Do lado do Nordeste, o mar entrava também por duas portas e tinha inundado um terreno considerável na cidade"*. Mais exactamente, sucedem-se o momento em que o mar entrava pela porta da cidade, simultaneamente ao que se passava a Oeste e o momento da enunciação epistolar que descreve um resultado. É claro que a diversidade das perspectivas, ao mesmo tempo espaciais e temporais entrelaçadas por meio de uma tal narrativa, já não está ancorada na posição enunciativa descrita inicialmente. Estende-se bem para além da situação da testemunha ocular; esta entrega-se a uma tentativa de totalizar o acontecimento a partir dessa primeira ancoragem que lhe concede uma forma de caução. Constitui desse modo uma primeira tentativa de relato omnisciente. As incursões do narrador fora do que podia materialmente ver no momento em que se encontrava na rua, a visão de uma cidade alcançada com um só olhar de Oeste para Este,

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

marcam um deslize da posição da testemunha ocular para a daquele que relata o que aconteceu, mas cujo relato é caucionado pelo próprio facto de ter estado e de estar ainda nos lugares.

Da mesma maneira que a posição da testemunha ocular constituía na primeira carta uma posição intermédia entre a do sujeito do acontecimento e a de um observador dos factos, ela ocupa também uma posição transitória na segunda carta. Contudo, desta vez articula a posição de um agente da narrativa com a de um relator omnisciente. Podemos então interrogar-nos. Da mesma maneira que a posição do sujeito do acontecimento e a do agente da narrativa podem sobrepor-se, não se deverá ver uma forma de correspondência entre a posição do observador do facto científico e a do relator omnisciente? Se tal fosse o caso, quereria dizer que os dispositivos enunciativos concordantes emergem de maneira concomitante nessa época, o dispositivo enunciativo do facto científico e o dispositivo enunciativo do facto jornalístico.

A par dos dispositivos enunciativos das narrativas epistolares, interessa também assinalar a posição enunciativa dos próprios jornais na medida em que eles agregam as notícias enviadas pelos correspondentes. Com efeito, as cartas estão geralmente ligadas a um dispositivo enunciativo que se poderia qualificar de editorial, mediante o qual o jornal enquadra as notícias e as difunde. Nem todas as notícias são, longe disso, produzidas por testemunhas oculares. Pelo contrário, as gazetas apresentam uma circulação permanente de notícias reformuladas e relatadas por diferentes enunciadores. Quer se trate de correspondentes estrangeiros que transmitem informações que lhes foram comunicadas, ou da própria gazeta. Uma fórmula recorrente enquadra os enunciados das notícias: "Sabe-se por uma carta de X (geralmente um nome de lugar) que aí aconteceu..." ou "que aí se sentiu..." ou "que o tremor de terra se fez sentir". Dois sujeitos indefinidos encontram-se aí interligados. O jornal autodefine-se desta maneira impessoal como o lugar de uma mediação que organiza a recolha e a divulgação das notícias. A notícia, quanto a ela, é relatada, ou seja, enunciada como um *facto* que não acontece a alguém em especial, mas que recai sob o olhar de um observador que o relata. As cartas na primeira pessoa das testemunhas oculares estão assim presas nas malhas de um dispositivo enunciativo que as envolve e contribui para *factualizar* o acontecimento. Mas é ao preço deste apagamento da subjectividade que o acontecimento se torna um acontecimento social. Não é mais apenas o acontecimento remoto ocorrido a um sujeito singular. A sua factualidade torna-o comunicável de outra maneira que não apenas o modo do acontecimento extraordinário, como podia ser o caso das narrativas de viajantes dos séculos precedentes. Sucede a um colectivo impessoal e o jornal apresenta-o de maneira igualmente impessoal ao olhar de um público que deve estar em condição "de julgá-lo e apreciá-lo exactamente"¹⁰. Dir-se-ia que o acontecimento vivido deve sofrer o processo de *factualização* que apaga a subjectividade para se tornar um acontecimento de uma outra ordem, um acontecimento social, objecto de discursos para um público. Este processo realiza-se de maneira discursiva através de deslizes nas posições enunciativas dos correspondentes, bem como através da retoma das notícias pelo sujeito impessoal das gazetas. É ao preço deste apagamento da singularidade e da subjectividade que o acontecimento é constituído em objecto de julgamento e, de maneira concomitante, o público não é

¹⁰ *La Gazette de Cologne*, 5 de Janeiro de 1756.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

convocado a ouvir a narrativa extraordinária de um fenómeno incrível e remoto, mas convidado a compadecer-se e a avaliar o que acontece a todos. O espaço neutralizado do “se” (“on”) constitui assim uma forma de passagem obrigatória do percurso do acontecimento no século XVIII.

Facto científico e facto jornalístico

O testemunho de um correspondente do *Journal Etranger*, como Miguel Tiberio Pédegache, destaca as afinidades que mantêm entre si as redes de cientistas e as das gazetas. Além disso, as cartas dirigidas à Academia das Ciências e o número de explicações consagradas ao tremor de terra de Lisboa traduzem o interesse que lhe dedicaram os cientistas da época. A porosidade das redes, a presença manifesta de preocupações científicas no cerne mesmo do testemunho ocular, como o atestam as observações barométricas de Pédegache, convidam a operar uma aproximação entre a maneira como se constituem, à época, o facto jornalístico e o facto científico.

Os trabalhos que Christian Licoppe consagrou à prática experimental nos séculos XVII e XVIII mostram como um mundo fenomenal mais autónomo emerge de uma transformação destas práticas. Os instrumentos de medida como os barómetros, os termómetros, permitem descontextualizar as experiências e convidam a realizar comparações entre os fenómenos observados. A prova científica que, no século XVII, respondia e ao mesmo tempo agitava a curiosidade de um público aristocrático pela singularidade de efeitos que se pretendiam deliberadamente surpreendentes, transforma-se radicalmente no século XVIII. A questão da repetição dos fenómenos experimentais coloca-se a fim de se poder estabelecer-lhes a validade em qualquer lugar e de poder compará-los. Interessa então fazer coincidir medidas feitas em lugares diferentes com aparelhos diferentes. Trata-se de facultar a circulação das medidas harmonizando os instrumentos. É assim que Réaumur, por exemplo, constitui uma rede de observadores que ele apetrecha de termómetros construídos de acordo com os seus princípios. Os detentores destes instrumentos são obrigados a observações regulares de acordo com um protocolo específico e vinculativo. É a razão pela qual se pode vislumbrar na observação de Pédegache sobre a temperatura que fazia em Lisboa no primeiro Novembro de 1755 o sinal da sua inclusão nestas redes de observadores, ou pelo menos uma grande proximidade. A questão da repetição fará emergir a da reprodutibilidade da experiência empírica que vai acompanhar-se de um discurso sobre os factos e as suas causas e de uma interrogação sobre as suas relações. Christian Licoppe sublinha que nesse momento o dispositivo enunciativo da exposição da prova empírica passa de um modelo personalizado (eu fiz... eu vi...) a um modelo parcialmente impessoal que traduz a autonomia crescente dos fenómenos em relação ao seu observador (eu fiz... e tal efeito produziu-se).

Progressivamente, a interrogação sobre os factos e as causas organiza-se em sistemas interpretativos. O autor observa que “tudo se joga então em torno da constância dos fenómenos, premissa necessária à construção de um conjunto de proposições estáveis (os factos) e de um discurso interpretativo duro (o sistema)” (Licoppe, 1996: 176). A ligação constituída entre as três operações é importante, na medida em que expõe a constituição das propriedades espe-

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

cíficas do facto científico ao mesmo tempo como tributário de uma estabilização da prova empírica e como uma condição de possibilidade de um discurso interpretativo que organiza a natureza num sistema governado por leis. Nesta perspectiva, o facto científico é um fenómeno que, ou não se produz nunca, ou se produz sempre e para todos, incluindo os espectadores da experiência e os leitores do seu relato, mesmo que estejam muito afastados.

A unificação de uma multiplicidade de acontecimentos apreendidos sob a descrição de um acontecimento narrado é acompanhada concomitantemente por um processo de constituição do facto jornalístico. O acontecimento narrado é encarado através de uma perspectiva omnisciente e inscrito num dispositivo enunciativo impessoal que liga um enunciador e um enunciatário (*énonciataire*) a um mundo físico comum. Paralelamente, este dispositivo enunciativo institui o enunciador e o enunciatário em observadores deste mundo físico comum. Os dispositivos enunciativos pelos quais as testemunhas oculares procedem ao seu próprio apagamento enunciativo como sujeitos do acontecimento e como agentes da narrativa participam deste processo de factualização do acontecimento. Os desvios passivos ou impessoais frequentemente empregues pelas gazetas relevam também da descrição de um mundo fenomenal relativamente autónomo. No caso do tremor de terra de Lisboa, a articulação entre o facto científico e o facto jornalístico é particularmente manifesta devido à pertença simultânea dos correspondentes a várias redes. Visivelmente, estes dão conta do acontecimento ao mesmo tempo para um público de leitores e para um público erudito. O papel das medidas e das comparações na constituição do facto, o interesse por tudo o que apresenta uma forma de recorrência orientam para a determinação de leis naturais que explicam a origem, o percurso do sismo e as relações com os diversos fenómenos físicos que lhe foram associados. A descoberta por Pédegache dos intervalos de recorrência sísmica advém de tal preocupação. A factualização do acontecimento apoia-se numa concepção de uma Natureza desencantada organizada num sistema movido por forças mais ou menos secretas. Neste sentido, pode dizer-se que o tremor de terra de Lisboa é a primeira *catástrofe natural*. Mas esta concepção da Natureza, partilhada por Newton e Voltaire, está longe de causar unanimidade. É precisamente porque organizam modos de apropriação diferentes do que acontece, que as narrativas do acontecimento entram em ressonância com crenças e representações que vão rapidamente tornar-se o desafio de debates obstinados.

As reacções ao acontecimento

A par das narrativas que fazem do tremor de terra um fenómeno natural, há outras que o interpretam mais directamente como uma manifestação divina, tanto como “adoráveis demonstrações da cólera do Céu”¹¹, como “um destes sinais terríveis que devem preceder de perto a aniquilação dos séculos”¹². Estas interpretações são relativamente raras nos primeiros relatos

¹¹ *La Gazette de Cologne*, de Cologne, a 29 Dezembro de 1755, publicada a 16 Dezembro de 1755.

¹² *Le Courier d'Avignon*, de Paris, a 22 Novembro de 1755, publicada a 28 Novembro de 1755.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

dos abalos sísmicos, aparecem sobretudo durante o ano de 1756, quando as igrejas Católica e Protestante organizam cerimónias públicas de resposta ao acontecimento. A concepção da Natureza que estas cartas restituem está nos antípodas da filosofia natural que as correspondências circulando nas redes doutas supõem. A interpretação do tremor de terra baseia-se numa teodiceia que, quer se trate de sentimento ou de julgamento, decifra a acção de Deus nos fenómenos físicos.

O período da Quaresma que precede a Páscoa parece ter sido particularmente favorável a estas manifestações de jejuns, penitência, contrição e “orações públicas” organizadas em toda a Europa pelas Igrejas tanto Católica como Protestante. Um comentário, na *Gazette de Cologne*, resume bastante bem a interpretação do acontecimento que se desenrola desta maneira: “Os tremores de terra, cujos violentos abalos suportámos tantas vezes, são advertências que o Senhor nos enviou”.

Diferentes correspondências difundem estes quadros de interpretação. Fazem todas referência aos *tremores* de terra, no plural. Atribuem a sua origem à cólera divina, mas a responsabilidade de Deus é frequentemente remediada pelo emprego de uma figura de substituição: a Justiça. Os abalos sísmicos surgem assim, simultaneamente, como uma punição dos pecados cometidos pelos homens e como uma ameaça, ou como o aviso de crises próximas. A invocação da Justiça divina conduz logicamente ao apelo à penitência para expiação dos pecados que surgem assim como as verdadeiras causas da calamidade. A coerência do sistema interpretativo levado a cabo por estas correspondências, a recorrência das fórmulas e das figuras de estilo, a semelhança das acções preconizadas pelos diferentes actores assinalam a firmeza de um discurso comum que contém uma doxa. Parece que neste início do ano 1756, especialmente no período que precede as festas da Páscoa, as Igrejas se mobilizam não somente para levar a efeito acções públicas destinadas a aliviar as angústias colectivas tanto quanto a cólera divina, mas também para promover um discurso interpretativo de carácter colectivo e oficial que relembra muito claramente os princípios da teodiceia de Leibniz.

A coexistência dos relatos da filosofia natural e dos discursos da teodiceia pode parecer, no mínimo, paradoxal. As cartas de Berna, em especial, parecem jogar habilmente com a doxa, aplicando um dos discursos sem, no entanto, renunciar ao outro. Esta coexistência não parece embarçar as gazetas que parecem capazes de se associar a todas as espécies de discursos antinómicos, graças a um uso no mínimo virtuoso dos [pronomes] indefinidos e dos impessoais. É preciso também sublinhar que a narrativização dos abalos sob a descrição de um tremor de terra único concebido como um fenómeno natural se constituiu de maneira progressiva ou mesmo por tentativas no decurso das observações e da circulação destas informações. Mais tardia, a resposta das Igrejas não é menos abrupta, parecendo também eclodir ao mesmo tempo de todos os lados, utilizando simultaneamente os trilhos das suas próprias redes de comunicação, assim como os dos jornais. Os ajustes entre estas diversas redes são perceptíveis nas repetições enunciativas das gazetas que surgem, assim, como um espaço relativamente neutralizado onde podem enunciar-se discursos fundamentalmente contraditórios sem ter de sublinhar em que é que o são, nem tomar partido¹³.

A carreira do acontecimento: dos abalos do tremor de terra ao Desastre de Lisboa

Convém resumir, a respeito do desastre de Lisboa, o que poderia ser descrito como *a carreira de um acontecimento público*¹⁴. De início, sujeitos são afectados por fenómenos físicos que abalam o curso da sua existência. Pela gravidade das suas consequências no plano humano, estes fenómenos constituem sem dúvida acontecimentos para aqueles que os sofrem. Destroem uma ordem de coisas, obrigam os sujeitos a fazer-lhes face e a reconfigurar o seu futuro. No entanto, estes acontecimentos apreendidos em diferentes lugares não surgem imediatamente como partes de um acontecimento único. A totalização destas percepções sob a descrição de um fenómeno único realiza-se no termo de um duplo processo de *factualização*. Este processo é duplo porque articula a *factualização* científica e *factualização* jornalística. No primeiro caso, o acontecimento é constituído em objecto de observação. A partir da descrição de fenómenos dispersos que são observados, descritos, medidos e comparados, os diversos acontecimentos percebidos são seguidamente organizados e totalizados no plano narrativo e sob a descrição de um facto único. Estas primeiras narrações são geralmente produzidas por testemunhas oculares cujas correspondências colocam duas posições simultâneas em tensão, a de agentes da narrativa do acontecimento que lhes acontece e a de observadores do fenómeno físico. A reprodução destas notícias pelas gazetas, segundo dispositivos enunciativos impessoais, acaba por constituir o acontecimento em facto observado e comunicado a um narratário (*narrataire*), ele mesmo instituído em público, o que quer dizer, no caso presente, ao mesmo tempo em observador e em juiz do que acontece. O duplo processo de *factualização* consiste em apagar das narrações qualquer vestígio de subjectividade ou de singularidade. Não é um fenómeno maravilhoso ou extraordinário que teria acontecido aos membros de um povo longínquo, para além de que o tremor de terra, pelo seu percurso e pelas suas réplicas, afectou a maior parte dos países da Europa e as costas da África do Norte, não sendo narrado como um fenómeno idiossincrático, mas como uma catástrofe natural da qual é necessário compreender as leis e as causas. O dispositivo enunciativo que liga um narrador-observador a um narratário-observador, por mais impessoal que seja, não deixa de os ligar a um mundo comum. Este mundo comum apresenta características espacio-temporais que, no século XVIII, estão em curso de constituição.

¹³ As reacções ao acontecimento não suscitaram apenas orações, mas também ajudas financeiras e o envio de socorros. Contudo, estes não são devedores nem da solidariedade entre pessoas nem da benevolência, mas antes de uma forma de compaixão entre soberanos ou mesmo do bom entendimento de um interesse comum. O sentimento de compaixão dos monarcas europeus não respeita directamente as vítimas da catástrofe, mas, de modo mais global e também mais abstracto, um reino, o que não acontece sem integrar preocupações de ordem política ou económica. O ponto de vista das vítimas está, de resto, ausente nas narrativas do acontecimento, qualquer que seja a configuração adoptada. Nas narrativas de testemunhas oculares, a vítima adopta a posição de um observador afastado, mais preocupado com a observação dos fenómenos físicos do que com o seu próprio destino. No caso dos relatos fragmentados, a referência latente à teodiceia convida os homens a arrependem-se das suas faltas, não a infligir-se as suas desgraças. O objecto da compaixão revela-se também tributário da doxa.

¹⁴ Vou buscar o termo "carreira" a Daniel Cefaï (1996), que o aplica ao percurso realizado por um problema público quando se liberta da esfera privada para se configurar em arenas públicas.

JOCELYNE ARQUEMBOURG

No plano espacial, é preciso recordar que os primeiros mapas unindo territórios que, até aí, eram percebidos como dissociados, surgem na mesma época que os trabalhos de Cassini. No plano temporal, as observações que, nas correspondências, fazem alusão à rapidez do correio, não são anódinas. As observações sobre as horas às quais sucedem os abalos participam também da mesma preocupação de partilhar referências comuns. Estas observações organizam um presente comum aos parceiros da enunciação e, mais geralmente, às vítimas e ao público. A constituição simultânea, no século XVIII, do facto científico e do facto jornalístico, conduz também à constituição de um mundo comum relativamente autónomo sobre o plano metafísico e objecto de discursos no plano social, graças à partilha de um certo número de referenciais comuns.

Contudo, pôde constatar-se que existiam nas gazetas da época diferentes maneiras de pôr em narrativa os acontecimentos, uma delas consistindo em preservar o carácter fragmentado e disseminado das descrições. Neste caso, os acontecimentos não são constituídos em objectos de observação para um enunciador e um enunciatário (“énonciataire”) ao mesmo tempo separados e ligados num mundo comum. São descritos como outras calamidades inexplicáveis que suscitam o medo. A acumulação de acontecimentos similares ocorridos no mesmo momento institui-os em sinais de uma Justiça divina em acção no mundo. O acontecimento-sinal dispensa os procedimentos de *factualização*, conservando, bem pelo contrário, o seu carácter disruptivo e tendendo a surgir como um começo não somente para os que o viveram, mas para o conjunto da humanidade. Frequentemente, como precisamente analisou Reinhart Koselleck (1990), no seu estudo da semântica dos tempos históricos, ele assume valor de presságio.

As narrativas dos acontecimentos operam escolhas nas maneiras de apreender, compreender e explicar o que acontece. Isso não respeita tanto a natureza do que é contado, o seu carácter verídico, como a sua categorização e a sua enunciação. Maneiras diferentes de categorizar o que acontece e de o colocar em narrativa remetem implicitamente para representações da Natureza, de Deus e do Mal. Desde o momento em que as narrativas entram em ressonância com valores ou crenças comuns e que manifestações públicas de reacções colectivas sucedem, o acontecimento inicial percebido e vivido transforma-se em acontecimento público. É preciso entender aqui o adjectivo público na acepção de John Dewey (1927), quando diz que uma coisa é pública quando se refere a indivíduos que não são afectados directamente por esta coisa. Um hospital, uma escola, uma floresta podem ser considerados como bens públicos inclusivamente por indivíduos que não são utentes, desde o momento que eles sentem que a saúde ou a educação dos seus concidadãos e a protecção do ambiente lhes diz respeito. Um público de indivíduos pode, assim, emergir em referência a valores comuns. No exemplo do tremor de terra de Lisboa, não há dúvida que o acontecimento inicial é um acontecimento colectivo, mas logo que ele suscita as reacções de indivíduos que não foram directamente afectados pela catástrofe, pode dizer-se que se torna um acontecimento público.

Distingui três tipos de reacção na época: a entre-ajuda internacional entre soberanos, as orações, cerimónias e diferentes acções religiosas e, por último, o debate de ideias. Cada uma traz a maneira como o acontecimento inicial atingiu valores ou crenças provocando reacções colectivas públicas, porque se desenrolam sobre cenas públicas (parlamento, púlpitos das igrejas,

NASCIMENTO DO ACONTECIMENTO MODERNO...

Academias das ciências, salões literários, etc.) e, ao mesmo tempo, porque um público que não é afectado directamente pelo acontecimento se manifesta. Observar-se-á que este público não é somente juiz de obras literárias, artísticas ou filosóficas como foi descrito pelas teorias normativas do espaço público, nomeadamente por Habermas. Ele é convocado também pela esfera jornalística a julgar os acontecimentos.

Mas as reacções públicas constituíam respostas, não tanto ao acontecimento de maneira directa, como ao que as narrativas interpretativas arremessavam. O tremor de terra de Lisboa não se torna o Desastre de Lisboa senão porque as suas diversas narrativas, tanto pelos jornais da época como por diferentes actores (científicos ou religiosos), arriscam princípios explicativos que remetem para crenças e representações. O acontecimento público engloba, então, o conjunto das reacções que o acontecimento inicial provocou, quer se tratasse do envio de montantes de dinheiro, de missas ou de querela filosófica.

Contudo, durante esta carreira do acontecimento durante a qual se realiza um processo de transformação, convém prestar uma atenção particular à *factualização*. Esta etapa, no curso da qual certos jornais procederam a uma narrativa que articula facto científico e facto jornalístico, constitui um momento importante da carreira do acontecimento. A *factualização* do acontecimento inicial procede da instituição de um mundo físico comum autónomo. Num mesmo movimento, ela constitui o acontecimento em catástrofe natural. Mas procedendo ao apagamento dos pontos de vista singulares, ela torna-o disponível para que seja reinvestido por outros pontos de vista no espaço público. Porque o que importa não é tanto a maneira como ele foi vivido de modo singular, mas aquela segundo a qual ele põe em jogo, a um nível mais geral, crenças, representações e quadros de interpretação colectivos. O apagamento da subjectividade própria ao acontecimento permite ao narrador e ao *narratório* sentirem-se ligados a um mundo comum. É necessário que o leitor seja instituído na posição de observador deste mundo comum para aceder à de juiz do que acontece a este mesmo mundo. Paralelamente, é necessário que o que acontece tenha sido constituído em recurso comum, para que possam manifestar-se reacções públicas. Para poder debater, é necessário que os acontecimentos tenham perdido o seu carácter singular, a *factualização* é uma operação de compreensão do que acontece que o organiza em objecto comum ou em referência comum. Ora o repto do desastre de Lisboa é precisamente o aparecimento de uma fenda nos quadros colectivos de interpretação do mundo, ao mesmo tempo no plano físico e no simbólico. Não há, então, nada de surpreendente naquilo que o debate entre Voltaire e Rousseau¹⁵ evidencia, que a requalificação do acontecimento inaugural como fenómeno natural ou como sinal da Providência induza emoções e sentimentos diferentes. A *factualização* liga os parceiros de enunciação, neste caso o escritor e o seu público, a um mundo comum não somente no plano geofísico, mas ainda no plano humano.

Tradução de Isabel Babo-Lança

¹⁵ A autora, em *A querela do optimismo* (parte suprimida em razão da extensa versão original do artigo), trata o *Poema sobre o desastre de Lisboa* de Voltaire, ao qual Rousseau reagira “procurando, segundo as palavras da autora, ‘desculpar’ a Providência e incriminando a responsabilidade dos homens” (*N. do T.*).

JOCELYNE ARQUEMBOURG

Referências

- ARQUEMBOURG, Jocelyne, *Les mises en récit des catastrophes publiques*, ouvrage original en vue de l'HDR, soutenue à l'université de Paris III, le 11 juin 2008.
- CEFAÏ, Daniel (1996). «La constitution des problèmes publics», *Réseaux* 75, la mesure de l'événement, Paris: CNET.
- DEWEY (1927). *The Public and Its Problems*, New York: Henry Holt & Co.
- FEYEL, Gilles (1992). «La diffusion des gazettes étrangères en France et la révolution postale de 1750», in Duranton, H., Labrosse, C., Retat, P., *Les gazettes européennes de langue françaises (XVII^{ème} –XVIII^{ème})*, Publications de l'université de Saint-Etienne.
- HABERMAS, Jürgen (1962). *L'espace public*, Paris: Payot.
- HABERMAS, Jürgen (1992). «L'espace public trente ans après», in Quaderni n°18, Paris.
- KANT, Emmanuel (1756). *Sur la cause des tremblements de terre, à l'occasion du sinistre qui a atteint les régions occidentales de l'Europe vers la fin de l'année dernière*.
- KANT, Emmanuel (1756). *Histoire et description du tremblement de terre de l'année 1755 et considérations sur les tremblements de terre observés depuis quelques temps*.
- KANT, Emmanuel (1759). *Essai de quelques considérations sur l'optimisme*, Ouvres philosophiques, t.I, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard.
- KOSELLECK, Reinhart (1990). *Le Futur passé*, Paris: EHESS.
- LEIBNIZ, G.W. (1669). *Essais de théodicée sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal*, Garnier-Flammarion.
- LICOPPE, Christian (1996). *La formation de la pratique scientifique, le discours de l'expérience en France et en Angleterre (1630-1820)*, Paris: La découverte.